

A estrutura urbana de Castro Marim

Oswaldo Pires

Pedro Pires

Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA/UAlg)

“A natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos.”
Vidal de la Blache

Castro Marim na Antiguidade

Os vestígios da ocupação humana em Castro Marim remontam ao final da Idade do Bronze (séc. IX a.C.) e início da Idade do Ferro (séc. VIII a.C.) na colina onde está implantado o castelo medieval. Este cerro, situado na margem direita do rio Guadiana, dispõe de condições naturais de defesa pela sua forma escarpada e circular, elevada 32 metros acima do nível médio das águas do mar. Além da boa visibilidade sobre o território envolvente, existem outros fatores como a abundância de recursos agrícolas e marinhos, ou a facilidade de navegação e da prática do comércio, que terão contribuído para a fixação de povos neste local considerado, deste muito cedo, como um ponto estratégico na região.

Embora nos nossos dias o “cerro do castelo” se encontre rodeado por terra firme e zonas de sapal, com o rio afastado do bairro da Ribeira, Frei João de S. José refere, no século XVI, que as águas do rio chegavam perto das muralhas do castelo, deixando Castro Marim como uma península ligada a terra apenas por um estreito istmo a oeste. Na segunda década de seiscentos o engenheiro militar Alexandre Massai informa-nos que o comércio no cais da Ribeira ainda permanece ativo, mas na referência que faz já menciona as dificuldades da navegação nos esteiros, apesar de ainda acostarem no porto *“naus de 100 toneladas a tomar o sal que ali há”*¹.

Ao longo do tempo o litoral algarvio tem sofrido várias modificações na sua morfologia costeira, nomeadamente no que diz respeito ao avanço e recuo das águas, pelo que não deve surpreender-nos as transformações na paisagem causadas pelo assoreamento do estuário do Guadiana. Esta transformação contribuiu significativamente para o aumento de terra firme, em prejuízo da superfície marítima e consequente situação privilegiada de entreposto comercial e controlo da foz do grande rio do sul, que Castro Marim manteve até meados do século XVII².

¹ Garcia (1996), p. 68.

² Moreira (1987), p. 8.

A localização geográfica desta povoação junto à foz do Guadiana, a via de comunicação por excelência que articula as três sub-regiões algarvias – litoral, barrocal e serra –, com o interior alentejano, onde se situam as principais zonas de extração mineira, desde cedo favoreceu as atividades portuárias e facilitou as trocas comerciais entre a população autóctone e os navegadores/ comerciantes fenícios. O minério que era extraído nas minas alentejanas descia o rio para ser exportado para o Mediterrâneo “obrigatoriamente” a partir de Castro Marim. Este núcleo urbano desenvolveu-se como centro de consumo e de difusão de produtos importados, com destaque para as cerâmicas e os preparados piscícolas, os quais redistribuía pelos territórios integrados na sua área de influência. Todo este fluxo comercial e a exploração mineira marcaram um período orientalizante (entre o séc. VIII a.C. e o séc. V a.C.) dos povos peninsulares e contribuiu para a aquisição de hábitos mediterrâneos até então desconhecidos³.

Embora a ocupação mais antiga do povoamento pré-romano de Castro Marim remonte ao final da Idade do Bronze, são escassos os testemunhos desse período e não apresentam qualquer tipo de expressão arquitetónica. É a partir da Idade do Ferro que se conhece a existência de Castro Marim como um importante núcleo urbano do litoral algarvio.

Os estudos elaborados a partir das fontes clássicas, da toponímia e dos vestígios arqueológicos, demonstram que *Baesuris*, a denominação pré-romana para Castro Marim, foi efetivamente um centro político-administrativo que se desenvolveu em torno das trocas comerciais com os povos provenientes do mundo Mediterrâneo. O termo *Baesuris*, que aparece no *Itinerário* de Antonino, perdurou devido à importância que o local teve durante a época romana, chegando mesmo a cunhar moeda no período republicano. Os trabalhos arqueológicos realizados no cerro do castelo (dez campanhas entre 1983 e 1988 e 2000 a 2003) acabaram por confirmar a tese defendida por Leite Vasconcelos, que identificava *Baesuris* com Castro Marim⁴.

O povoado da Idade do Ferro presente no cerro do castelo define-se por uma organização urbanística, com a existência de arruamentos, um elemento estruturante do plano arquitetónico. Os edifícios demonstram uma construção adaptada ao espaço disponível, evidenciando uma planificação prévia resultante da aplicação de conceitos de organização em meio urbano. São construções de planta retangular ou quadrangular que apresentam muros maioritariamente em alvenaria ligada com argila e reboco (argila e pedra moída) de cor esbranquiçada. A técnica de construção também demonstra a utilização de adobe e pisos de terra compactada, por vezes pintada, e com soleiras elevadas em relação aos arruamentos de modo a prevenir a entrada de água das chuvas ou de outra origem para o interior das habitações. A ausência de documentação sobre a cobertura dos

³ Arruda (1997), pp. 243-263.

⁴ *Idem*.

edifícios pressupõe que os telhados eram construídos com materiais de origem vegetal, cujos testemunhos dificilmente chegam até aos nossos dias. Apesar das condições naturais de defesa que o local proporciona, neste período também se registou a construção de uma muralha com 5 metros de espessura⁵.

Embora o estado de conservação dessas construções dificultem a sua interpretação, a maioria dos espaços identificados nas escavações arqueológicas apresentam um carácter multifuncional, no entanto existem algumas construções que evidenciam uma função religiosa e ambiente de carácter ritual. Na Antiguidade, principalmente em zonas periféricas como Castro Marim, a arquitetura civil e religiosa não apresentam grandes diferenças em termos construtivos. Importa referir que a área junto ao *Castelo Velho* demonstra uma tendência para a sacralização ao longo do tempo, uma vez que é o mesmo local onde foram edificadas duas igrejas durante a Época Moderna⁶.

Entre os séculos V, – altura em que surgem em Castro Marim os primeiros produtos gregos provenientes de Atenas, com destaque para as cerâmicas de verniz negro e figuras vermelhas –, e III a.C., a ocupação da área do Castelo é particularmente intensa e marcada por reestruturações arquitetónicas, quer ao nível da estrutura defensiva, quer da construção de novas habitações. As escavações arqueológicas realizadas demonstram que a ocupação do espaço foi marcada pela alternância de fases de construção e demolição, formando um solo composto por camadas de despojos de construções anteriores. Importa referir que apesar do conhecimento apurado, ainda continuam por desvendar inúmeros aspetos sobre o urbanismo, território, recursos e atividades comerciais durante a Idade do Ferro em Castro Marim⁷.

Os testemunhos arqueológicos demonstram que a presença romana em Castro Marim ocorreu no século II a.C., tendo-se instalado primeiramente no cerro do Cabeço, local onde está implantado o forte de São Sebastião, e só posteriormente ocupado a colina do castelo.

Da estrutura urbana de Castro Marim no período romano apenas se conhece um conjunto de muros detetados no forte de São Sebastião e na colina do Castelo, que não permitem conclusões quanto à sua funcionalidade. No entanto, os depósitos de materiais associados a este período apontam para um povoamento denso, se julgarmos pela presença de cerâmicas provenientes de locais como o vale do Guadalquivir, Norte de África, Gália e Itália. De acordo com esses materiais exumados na colina do castelo de Castro Marim, o local terá sido abandonado em época romana nos finais do séc. I ou inícios do séc. II, sendo posteriormente reocupado na Época Medieval⁸.

⁵ Arruda, Freitas e Oliveira (2007), pp. 459-482; Arruda (1997), pp. 243-263.

⁶ Arruda, Freitas e Oliveira (2007), pp. 459-482.

⁷ Arruda (1997), pp. 243-263.

⁸ Viegas (2011), p. 412.

O abandono súbdito de *Baesuris* ainda permanece por explicar à luz das informações disponíveis, não sendo de descartar a hipótese do núcleo urbano se ter transferido para a parte baixa da atual vila de Castro Marim, na proximidade da área portuária da época. Importa referir que a localização do porto de Castro Marim durante a época pré-romana e romana permanece incógnita.

São apontados vários motivos para o abandono de *Baesuris*, nomeadamente a dificuldade que a cidade romana implantada na colina do castelo teria no acesso a água potável para consumo direto ou para abastecer equipamentos públicos e privados; a proximidade de três importantes núcleos urbanos a competir entre si (*Baesuri*, *Balsa* e *Ossonoba*), sendo que *Balsa* dispunha de um porto marítimo de fácil acesso; os fenómenos geológicos associados ao assoreamento do estuário do Guadiana e consequente dificuldade de navegabilidade nos esteiros de acesso ao porto; ou a diminuição da importância de Castro Marim no controlo do escoamento e comercialização dos recursos metalúrgicos oriundos das minas dos concelhos de Mértola e Alcoutim, justificada pela crescente apropriação das mesmas por parte da administração romana⁹.

Apesar de estas justificações serem plausíveis não deixam de ser contraditórias, sobretudo quando se trata de um local onde se encontravam as duas principais vias de comunicação da região descritas no Itinerário de Antonino: para Ocidente partia a via que ligava *Baesuris* à cidade de *Balsa* (Torre de Ares e Antas) e *Ossonoba* (Faro), e para Norte, paralela ao Guadiana, a via com ligação a *Myrtilis* (Mértola) e à sede do *conventus* Pax Júlia (Beja). A ausência de edifícios monumentais e de epigrafia referente a essas construções ou a cargos públicos, como aconteceu em *Balsa* e *Ossonoba*, levam a crer que *Baesuris* não tenha ascendido ao estatuto de município romano durante a era de Vespasiano, ou se o fez não perdurou por muito tempo. Após o abandono de Castro Marim é possível que a jurisdição sobre o seu território tenha passado para a administração da vizinha cidade de *Balsa*. Tudo indica que Castro Marim não usufruiu da prosperidade registada nas cidades vizinhas onde se verifica uma continuidade na importação de cerâmicas, produtos alimentares e um conjunto de construções/remodelações de edifícios públicos¹⁰.

No entanto, na segunda metade do séc. I a.C., altura em que Castro Marim se romanizou completamente, destaca-se uma moeda cunhada cuja legenda apresenta o nome de um magistrado romano, o que remete para a possível existência de uma elite administrativa de origem itálica que partilhava o poder com a elite local¹¹. A relevância de Castro Marim do ponto de vista administrativo também é evidenciada com a descoberta de uma “caixa de selos” do século I d.C., que remete

⁹ Viegas (2011), pp. 585-586.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ Viegas (2011), p. 581.

para a existência de correspondência de carácter militar entre a povoação e um posto militar distante¹².

Do domínio visigótico e bizantino as informações são praticamente inexistentes, apesar de alguns autores suporem que no local onde está atualmente a Igreja de Nossa Senhora dos Mártires tenha existido uma basílica cristã¹³.

O urbanismo medieval e moderno de Castro Marim

Ao longo da idade média “cresceram” vilas e castelos no território português, distribuídos pelas sucessivas frentes de batalha. A fortificação dos lugares estava relacionada com a proteção das populações e dos respetivos aglomerados urbanos¹⁴. Nesse período, a coroa portuguesa desenvolveu uma inovadora estratégia urbana, que culminaria nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis (1248-1325). Esta política fundamentou-se na regulamentação dos poderes políticos, administrativos, jurídicos e militares entre o rei e os municípios e teve como principal instrumento a concessão de cartas de foral, promovendo a regulamentação da autonomia municipal¹⁵. Os núcleos urbanos já existentes, como Castro Marim, foram alvo de reestruturação, sobretudo nos casos em que à outorga de um novo foral foram associadas obras de defesa como a construção de castelos e de cercas que limitavam o perímetro urbano¹⁶. No entanto, é preciso referir que, segundo Natércia Magalhães, ocorreu um hiato na ocupação do cerro do castelo durante a época islâmica, que terá sido reatado no século XIII por ordem de D. Dinis. A autora refere o povoamento da zona nesse período como uma série de casais dispersos¹⁷.

O sistema defensivo tardo-medieval de Castro Marim data desse período, e é caracterizado morfologicamente por duas estruturas: o castelo velho, construído por ordem de D. Afonso III em 1274, e a cerca medieval erigida em 1279, no reinado de D. Dinis. Por sua vez, as primeiras cartas de foral de Castro Marim são outorgadas na mesma época, sendo a primeira de 1277, concedida por D. Afonso III, e a segunda por D. Dinis, em 1282.

No entanto, os primeiros dados sobre o urbanismo tardo-medieval de Castro Marim encontram-se no *Livro das Fortalezas do Reino*, elaborado no início do século XVI pelo escudeiro da Casa Real, Duarte de Armas. Este registo retrata o estado das fortalezas situadas na fronteira com Castela através de uma série de “*debuxos*” – panorâmicas e plantas de comprovada precisão –, onde é possível identificar algumas das estruturas que caracterizavam a praça de Castro Marim no

¹² Pereira (2008), p. 11.

¹³ <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70377/>

¹⁴ Conceição, (2010), pp.828.

¹⁵ Aguiar (2000), p.81.

¹⁶ Conceição, Rossa e Trindade (2008), p.10.

¹⁷ Magalhães (2008), pp.76-78.

ano 1509¹⁸. Nesse ano, Castro Marim recebe igualmente o visitador da Ordem de Cristo – bacharel Diogo do Rego, que acompanhado por Frei Francisco, escrivão público da *Visitação* em causa, elabora um inventário dos bens que a Ordem de Cristo possuía na Comenda de Castro Marim. O documento, designado por Tombo da Comenda, complementa o conjunto iconográfico elaborado por Duarte de Armas com uma admirável descrição do castelo velho e do núcleo urbano da vila¹⁹.

Na altura em que foram redigidas as fontes supracitadas, decorria a fase final da campanha de obras manuelinas, que imprimiu ao castelo velho grande parte do seu aspeto atual²⁰. Nessa época, a entrada sul do castelo velho apresentava uma fachada bastante diferente daquela que conhecemos atualmente. A porta do castelo velho, considerada uma zona sensível para qualquer fortaleza, estava protegida por uma torre de menagem e por um baluarte baixo, de talhe retangular e ameiado, bem guarnecido por uma bombardeira²¹. Só depois de ultrapassados estes obstáculos, ambos destruídos no terramoto de 1755, se alcançava a porta de arco ogival que nos nossos dias permite aceder ao interior da fortificação. A encimar a dita porta, encontra-se a lápide que indica o ano de 1274 como data da construção da fortificação e atribui a obra a D. Afonso III. Além da entrada principal, o castelo velho ainda preserva a tradicional “porta falsa” ou “porta da traição”, que está protegida por uma pequena barbacã e permite aceder diretamente ao exterior do conjunto defensivo pela vertente norte.

Ao observarmos as fontes do século XVI, verificamos que uma das maiores alterações na cenografia atual do castelo velho é a ausência da torre de menagem, elemento característico dos castelos medievais e símbolo de poder. Enquadrada de acordo com os cânones do castelo gótico, a torre de menagem de Castro Marim foi construída adossada ao pano de muralha sul da estrutura, assumindo uma posição estratégica que lhe permitia defender em conjunto com o dito baluarte, a porta principal do castelo velho. Com a sua imponente estrutura, de planta quadrada, três pisos de altura e rematada por um coruchéu, constituía o último reduto contra o inimigo, possibilitando a quem se encontrasse no seu interior resistir até à chegada de reforços e contra-atacar em caso de invasão²². A partir da segunda metade do século XIV, o uso progressivo das torres de menagem para fins residenciais determina o aumento da sua área útil e a abertura de janelas nobres nos pisos superiores, para iluminação e arejamento dos espaços interiores²³. O exemplar de Castro Marim, que apresentava características idênticas, ruiu por completo no

¹⁸ Magalhães (2008), pp. 74-81.

¹⁹ Cavaco (2000), p. 33.

²⁰ Os castelos medievais criados entre os séculos XIII e XIV foram parcialmente renovados no século XVI quanto ao seu apetrechamento para o uso de armas de fogo, in Conceição, (2010), pp.828.

²¹ Iria (1962), p.6.

²² Magalhães (2008), pp. 74-81.

²³ Monteiro (1999), pp. 33-94.

terramoto de 1755, deixando apenas visíveis os vestígios dos seus alicerces e da escadaria em pedra que permitia aceder ao seu interior.

No interior do castelo velho, a alcáçova albergava duas cisternas, uma capela e alguns aposentos térreos que ladeavam a praça de armas, entre as quais se situava a casa do comendador e alcaide-mor. Aí se situavam também outras dependências muito diversas tais como: o celeiro, a adega, o forno, a casa de armas, a prisão, o palheiro, a estrebaria e as manjedouras, bem como as casas de habitação sobradadas e as *loggias*. Estas ruínas ainda hoje são perfeitamente identificáveis no pano sul da muralha²⁴.

Em 1279, D. Dinis ordena a construção de uma cerca, criando desta forma o burgo medieval. Esta estrutura, ligada diretamente à muralha do castelo velho, permitiu proteger e abrigar o aglomerado urbano que se concentrava no topo da colina, especialmente após a cedência de Ayamonte a Castela, no último quartel do século XIII. Entre o castelo velho e a cerca situava-se então a vila ou burgo tardo-medieval, que no século XVI era descrita como um aglomerado urbano de casas térreas de dois e de três pisos, entre as quais sobressaía a igreja matriz de Santiago (século XIV) com o seu campanário e torre sineira dupla²⁵. Durante o século XVI é edificada, junto à entrada poente da cerca vilã, a igreja da Misericórdia. O burgo tardo-medieval não se limitava apenas à função militar. Era um espaço multifuncional onde se desenvolviam atividades de caráter residencial, comercial, religioso e administrativo²⁶.

Aquando da visita de Duarte de Armas e do bacharel Diogo do Rego, o burgo e o arrabalde eram dois mundos já bem diferenciados, ainda que ligados diretamente pela porta de mar, um dos dois acessos principais ao interior da cerca medieval. Situada a nascente, virada para o Guadiana e para Ayamonte, esta entrada (atualmente entaipada) é descrita como uma grande porta em arco reto provida de uma ponte levadiça. A poente, na direção de Cacela e de Tavira, encontra-se o segundo acesso à cerca, designado por porta da Vila. Esta entrada em arco quebrado é encimada por uma epígrafe gravada em português, que assinala o início da sua construção (ou da própria muralha) no ano de 1279²⁷. De ambas convergiam ruas que ligavam o núcleo urbano intramuros ao arrabalde da vila.

O povoamento de Castro Marim permaneceu restrito ao interior da muralha medieval até ao último quartel do século XVI, salvo as exceções atribuídas a pescadores e mareantes, que pela sua profissão estavam autorizados a viver no

²⁴ Cavaco (2000), pp. 33-44; Magalhães (2008), pp. 74-81.

²⁵ Cavaco (1987), p. 30. A igreja de Santiago corresponderá possivelmente à igreja de Santa Maria do Castelo referida na Bula Papal de 1319.

²⁶ *Ibidem*, pp. 74-81.

²⁷ Magalhães (2008), pp. 74-81.

arrabalde. A esse respeito, a ordenação outorgada por D. Manuel I²⁸ – e consecutivamente confirmada por D. João III²⁹ e D. Sebastião³⁰ – clarifica: “*que se não possa fazer nenhuma casa de novo, assim pelos moradores que ora vivem e estão na dita Vila, como pelos que a ela novamente quiserem vir viver e povoar, salvo dentro da cerca da dita Vila*”³¹. Apesar das limitações impostas pela coroa à edificação de prédios urbanos fora do recinto fortificado, a vida crescia no arrabalde, junto à Ribeira, onde se localizavam os estaleiros e o cais de embarque e desembarque. No entanto, já no século XV, o Frei João Fernandes da Oliveira adquire casas no sítio da Ribeira, que após o seu falecimento passam para a posse da Ordem de Cristo, e nelas passam a residir os comendadores e alcaides-mores de Castro Marim. Segundo Hugo Cavaco, estamos possivelmente na presença de uma “casa-civil” adquirida e mantida no arrabalde pelos representantes do Rei, aos quais interessava muito as pescarias das xávegas de Castro Marim e Monte Gordo.

Do bairro da Ribeira partia um caminho em direção ao cais situado na margem direita do esteiro de Castro Marim. Este caminho é referido por outros cartógrafos, contudo, merece destaque a planta da Bateria do Registo elaborada por José de Sande Vasconcelos ainda no século XVIII³², onde o caminho vem referido como *Calçada que vai para a Praça*, e nos informa do material utilizado no revestimento do caminho, que facilitaria a circulação das mercadorias nos dois sentidos.

O porto de Castro Marim na Época Moderna, referido por muitos autores e do qual não temos muitas representações, coincidirá, em nossa opinião, com o atual cais da Vila. A construção que hoje encontramos surge representada em 1763, pela mão do sargento-mor de Infantaria Pierre Robert de Bassenond, oficial francês ao serviço de Portugal, num plano da Vila de Castro Marim³³. A construção projetada é constituída por três infraestruturas distintas: a zona de desembarque, onde se distingue um ancoradouro para a acostagem de embarcações; um moinho de maré, referido numa planta de José de Sande Vasconcelos³⁴ como *Moinho de João Guerreiro*; e uma última construção em alvenaria que corresponderia a um armazém de mercadorias. A estrutura estava protegida por uma obra de fortificação

²⁸ *Colecção dos documentos pertencentes ao Reino do Algarve que se acham no Real Arquivo da Torre do Tombo. Feita por Ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês de Pombal Ministro Secretario do Reino de Estado dos Negócios do Reino. No Ano de 1774*, p.209. Ordenações datadas de 16 de Janeiro de 1509 e de 22 de Julho de 1521, in TT, Livro 19 de D. Filipe I, fl.30 e Livro 30 de D. João III, fl. 202.

²⁹ *Idem. Ibidem.* Confirmado por D. João III em 20 de Setembro de 1537, in TT, Livro 30 de D. João III, fl. 202.

³⁰ *Idem. Ibidem.* Confirmado por D. Sebastião em 25 de Abril de 1578, in TT, Livro 19 de D. Filipe I, fl.30.

³¹ Cavaco (2000), pp. 33-44.

³² *Planta da Bateria do registo de Castromarim*, de José de Sande Vasconcelos, sem data, (49,99cm x 33,53cm) Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, Doc. 289 – 1 – 8A – 96.

³³ *Plan de Castromarim En Algarves & De Ses Environs (...)*, Pierre Robert de Bassenond, 1763.

³⁴ *Mappa da Praça De Castromarim com seo terreno 500 braças em roda (...)*, José de Sande Vasconcelos, sem data.

permanente de traçado irregular, possivelmente em terra, que acompanhava o progresso do esteiro.

Ao longo do século XVI, assistimos à tendência generalizada para o crescimento e reordenamento urbanos, nomeadamente, novas expansões urbanas extramuros que se desenvolveram em algumas urbes portuguesas. Na fronteira, alguns centros urbanos evidenciam alguma dinâmica quando a pressão militar é atenuada. Durante o período filipino, por motivos políticos evidentes, o incentivo à permeabilidade das fronteiras e a total ausência de atividades de fortificação estimularam a expansão urbana das povoações fronteiriças. Contudo, não perderam a sua condição de “extremo”, já que a fronteira não foi dissolvida³⁵. No caso de Castro Marim, o desinvestimento na renovação das suas estruturas militares durante o período filipino e o levantamento da proibição de se expandir extramuros, leva-nos a crer que tenha estimulado o crescimento do subúrbio na transição do século XVI para o XVII. No entanto, a ausência de fontes durante este período não nos permite realizar uma análise mais pormenorizada do centro urbano castromarinense.

Castro Marim, a principal praça-forte do Algarve a partir do século XVII

Apesar de constituir um ponto excêntrico no contexto da guerra da Restauração, a praça de Castro Marim detinha uma importância estratégica vital na defesa da integridade da fronteira do Algarve, facto que não deve ser esquecido, tendo em conta que ali ao lado se encontrava a praça de Ayamonte, na vizinha Castela, separada unicamente pela largura do Guadiana. Desta feita, a construção do sistema defensivo abaluartado teve por objetivo dificultar os ataques dos inimigos com o reforço das linhas de defesa fronteiriças.

No início da guerra da Restauração não existe em toda a raia portuguesa qualquer estrutura abaluartada capaz de responder às novas técnicas de guerra da era moderna. O próprio conceito de sistema defensivo constituía aqui um dado novo. Em contraponto à metodologia de fortificação medieval, que privilegiava uma criação sequenciada de vilas acasteladas, distribuídas homoganeamente pelas sucessivas frentes de batalha, a partir de meados do século XVII converteu-se a rede urbana fortificada em sistema defensivo, dependente de uma organização hierárquica de praças de guerra. A hierarquia dos lugares a fortificar deixou de estar relacionada com a proteção das populações e dos aglomerados urbanos, passando a depender da estratégia militar. Assim, o sistema defensivo moderno era pensado como um todo, em que as partes tinham de funcionar de forma relacionada.

A atualização das estruturas defensivas originou, logo, a tomada de opções estratégicas, que ficaram expostas em diversos ajustamentos na rede urbana medieval. Temos de considerar que a fortificação moderna se deve à consolidação

³⁵ Conceição, (2010), pp.827.

de rede urbana medieval, que continha na raiz um carácter militar. Este vínculo militar regulou continuamente a dinâmica urbana destas povoações na raia luso-castelhana³⁶.

A constituição da praça-forte de Castro Marim durante a guerra da Restauração obedeceu à singularidade que caracterizou o sistema defensivo moderno português. Baseado na tratadística europeia, Luís Serrão Pimentel elaborou em 1648 o *Método lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, que se adaptava a uma realidade particular que se traduzia ou pelas condições da sua localização ou pelas características do terreno, e ainda pelas preexistências urbanas, quando a intervenção recaísse num burgo já estruturado.

A constituição da praça-forte de Castro Marim a partir de 1640 é caracterizada pela existência de duas cinturas de fortificação. A primeira cintura de fortificação era definida pelo burgo medieval refortificado, o Forte de São Sebastião e a cerca seiscentista, que formavam entre si um polígono irregular. Uma segunda cortina, que reforçava o sistema de defesa e dificultava o acesso à primeira cintura de fortificação, era composta pelo revelim de Santo António e pela tenalha que ligava este à porta de Santo António, a bateria do registo, e duas trincheiras em terra levantadas junto ao revelim de Santo António e a noroeste de Castro Marim.

No período da guerra da Restauração, o burgo medieval de Castro Marim apresentava-se com grandes debilidades, pois as muralhas eram “*muito delgadas e obsoletas e em caso de ataque com artilharia seriam facilmente destruídas*”³⁷. Posto isto, a sua reestruturação, tendo em vista a adaptação à evolução do armamento, impôs de imediato uma diminuição da volumetria das muralhas, de forma a oferecer um alvo menor; o derrube das ameias para evitar o efeito de metralha quando atingidas em cheio por um projétil; e a implantação de três canhoneiras. Uma no vértice sul da cerca medieval, a bateria de N.ª Sra. dos Mártires; outra a este, o baluarte de Malpique, que foi edificado após ter sido entaipada a porta de Mar; e a poente, a entrada atual que também foi reforçada com o baluarte da “porta da Vila”. No interior da cerca medieval foram edificados a residência do governador, os quartéis para a guarnição, as cavalariças e o paiol – armazém de pólvora à prova de bomba, uma estrutura essencial ao novo tipo de armamento. O castelo velho passou a albergar um armazém de munição. Em Portugal, o burgo medieval assume essencialmente, no novo sistema defensivo, uma função de carácter militar, com instalações de armazéns e outros edifícios militares, transformando-se na cidadela do recinto fortificado. Serviria desta feita como último local de defesa e refúgio no caso de ataque à povoação.

³⁶ Conceição (2010), pp.826-828.

³⁷ Martim Correia da Silva, Governador do Algarve em 1660, in Iria (1978), Doc. N.º 518.

Nas plantas quinhentistas de Castro Marim³⁸, é possível observar que a colina sobranceira ao burgo medieval, conhecida como cerro do Cabeço, se encontrava desocupada. Na segunda metade do século XVI teria sido erguida na dita colina uma ermida consagrada a São Sebastião, conforme nos é documentado nas *Visitações* da Ordem de Santiago em 1565³⁹, as quais referem a existência de uma ermida inacabada.

No início da guerra da Restauração, a colina da ermida de São Sebastião era uma forte ameaça à segurança do Castelo, atendendo que, em caso de cerco, deste local seria possível atingir e arrasar o burgo medieval, pois a distância de tiro directo era bastante curta. Para além disso, o subúrbio de Castro Marim estava desprotegido, o que constituía um factor de preocupação por parte das autoridades, face ao conflito que se desencadeara. De modo a atenuar essa deficiência defensiva, a edificação do forte de São Sebastião iniciou-se em abril de 1641 (como está documentado na epígrafe do arco de entrada do forte) no cerro do Cabeço, onde se encontrava a referida ermida, que foi absorvida pela nova fortificação – prática generalizada para as praças de guerra deste período. No cerro do Cabeço foi então erguido um pequeno forte ao estilo moderno, de planta irregular e com quatro meios baluartes, cujo acesso se fazia por meio de uma ponte levadiça orientada a norte. Contudo, apesar da monumentalidade, a sua construção é precária, não possuindo as espessuras recomendadas nos tratados de arquitetura militar e evidenciando claras insuficiências. Sobre ele diz Pierre de Saint Colombe, engenheiro francês ao serviço de Portugal, em Abril de 1653: “*o forte que se fez no outeiro junto à Vila não presta de pequeno sendo sua altura quase tanta como o comprimento*”⁴⁰. Segundo Arruda e Pereira, a matéria-prima para a construção do Forte é originária da pedreira localizada a escassos metros da fortificação e que ainda hoje é visível⁴¹.

Face a isto, iniciou-se no ano de 1660, a construção da cerca seiscentista⁴². A necessidade da construção era grande, pois, sem ela, seria muito fácil para o inimigo cortar a ligação entre a praça e o forte e impedir a comunicação entre ambas. Construiu-se então uma cerca com dois distintos andamentos de muralha que desciam da colina do forte e subiam simetricamente a colina do castelo, deixando fora do seu perímetro o bairro da Ribeira e todo o casario do subúrbio a norte da povoação. O restante arrabalde integra-se na nova malha urbana com uma nova definição dos seus limites.

³⁸ *Livro das Fortificações de Duarte d'Armas*, 1509; *Planta de Castro Marim*, reproduzida de um original do século XVI, de Leonardo Ferrari.

³⁹ Cavaco (1987), p.296.

⁴⁰ Cortés (1990), p.23

⁴¹ Arruda e Pereira (2008), p.400.

⁴² O Governador do Algarve, Martim Correia da Silva, em carta à Rainha Regente D. Luísa de Gusmão, datada de 20 de Outubro de 1660, refere que “*logo se principiou trabalhando em uma linha para cobrir o arrabalde pela parte de terra pelo inimigo se não se meter entre a praça e o forte, com que impediriam os socorros que pela pouca capacidade que tem não pode ter em si coisa alguma para sua defesa*”, in Iria (1978), p.387.

A cerca era constituída por três cortinas e cinco baluartes. Do castelo desenvolve-se para sul a cortina de São Sebastião, onde se encontrava, defronte da igreja matriz, a porta de mesma evocação. A cortina sobe o cerro do Forte e entronca num hornaveque, formado pelo baluarte de São Sebastião e pelo baluarte do Enterreiro. É neste ponto que a cerca se encontra com o forte de São Sebastião. O baluarte Cheio parte do Forte e entronca com a cortina das Lezírias, que por sua vez culmina no baluarte do mesmo nome. Entre o baluarte das Lezírias e o castelo desenvolve-se a cortina de Santo António, interrompida no seu andamento por duas estruturas: a porta de Santo António, que se situava nas traseiras da igreja matriz; e o baluarte da Bandeira, também denominado como baluarte da porta de Santo António. As cortinas possuíam adarve, para a circulação dos militares, e cujo acesso era feito por duas escadas junto das portas – de São Sebastião e de Santo António – e por quatro rampas ao longo da muralha.

A cerca seiscentista abraçava a quase totalidade do arrabalde da vila, podendo ser protegida com tiro de mosquete e artilharia a partir dos parapeitos e plataformas. Os dois pontos mais elevados, castelo e forte de São Sebastião, constituíam o último reduto em situação de cerco do povoado.

Com a construção da cerca seiscentista, a comunicação com o exterior passou a fazer-se através de duas portas linearmente opostas, localizadas nas imediações da igreja de Nossa Senhora dos Mártires, na depressão entre o castro do castelo e o cerro do Forte. A porta de São Sebastião encontrava-se acomodada à cortina de São Sebastião, orientada a oeste, para o caminho que vinha de Tavira; por sua vez, opostamente, virada a este, na direção do vizinho castelhano, achava-se a porta de Santo António, enquadrada na cortina do mesmo nome. Embora conhecida a sua existência através da documentação produzida, não chegaram até nós plantas ou esboços que nos possam facultar uma imagem. Pese esse facto, com o recurso às plantas produzidas nos séculos XVIII e XIX podemos determinar algumas das suas características estruturais: possuíam ambas uma segunda porta interior, formada por um dispositivo de alvenaria com cobertura, útil em caso de serem tomadas pelo agressor; escadas de acesso ao adarve da cerca; e uma casa da guarda. Pelas plantas, não é possível distinguir a existência de qualquer fosso junto à entrada dessas portas. A localização da casa da guarda difere em ambas as portas. Na porta de São Sebastião, a casa da guarda encontrava-se à esquerda de quem entra, encostada à estrutura da porta, servindo de casamata, e com uma porta que dava diretamente para o interior da praça. Por sua vez, na porta de Santo António, a casa da guarda – novamente à esquerda de quem entra –, localizava-se desviada da estrutura de alvenaria, num plano mais recuado. Junto das portas estavam as escadas de acesso ao adarve que percorria toda a cerca seiscentista⁴³.

⁴³ *Plano Particular da Praça, Obras Destacadas, E Edifícios Militares de Castro Marim (...)*, Euzébio de Sousa Soares, sem data.

As portas nunca eram em grande número por razões de defesa, e concebiam uma hierarquia no traçado urbano. As ruas que davam acesso a essas portas seriam as vias principais, por serem os locais de entrada e saída para civis e militares. Em Castro Marim, a construção das portas levou à realocação da praça de armas, local de exercício e de reunião dos regimentos militares, situada anteriormente no interior da cerca medieval e que no século XVII foi deslocada para junto da porta de São Sebastião. A praça de formato triangular, sucessivamente representada na cartografia dos séculos XVIII e XIX, é referida como *Praça de Armas de S. Sebastião*⁴⁴, *Praça de Armas*⁴⁵, ou simplesmente *Praça*⁴⁶. A sua localização central permitiu um melhor controlo sobre toda a praça militar⁴⁷. Antes de ser conhecida por praça 1º de Maio, foi designada no século XIX por praça de São Pedro⁴⁸.

A sudeste da vila, no cimo da rocha do Zambujal, ergue-se o revelim de Santo António⁴⁹, com uma forma em ferradura. A sua construção data do início da guerra da Restauração, em 1641, encomendada por D. João IV⁵⁰. No seu espaço interior, numa cota superior à plataforma da artilharia, ergue-se a ermida de Santo António, edificação barroca provavelmente anterior à dita construção. A posição elevada da ermida permitia resguardar os auxiliares de artilharia do fogo direto à retaguarda e lateral. A *Descrição da Planta de Castro Marim* do Capitão Euzébio de Sousa Soares⁵¹, realizada no início do século XIX, refere a existência, na ermida, de uma “*Casa da Igreja, em que se guarda a Palamenta*”, em apoio à bateria, porém, não refere a existência de um paiol. É importante referir que no período moderno o aproveitamento de algumas estruturas não-militares para fins militares, como a referida capela, era comum.

A ligação entre a porta de Santo António e o revelim fazia-se por uma passagem de traçado tenalhado, de difícil datação, descrita na cartografia produzida durante a segunda metade do século XVIII, e que se desenvolvia entre a fortificação e o baluarte da Bandeira. A tenalha, hoje desaparecida e dificilmente localizável, permitia uma comunicação segura entre a porta e o revelim, especialmente em tempo de guerra. O dispositivo, virado a sul e em terreno elevado, permitia também

⁴⁴ *Planta da Praça de Castro Marim, Plantas, Fortes, Redutos e Baterias do Reino do Algarve com o Mapa Geográfico do mesmo Reino e algumas Cartas Topográficas respectivas ao mesmo mapa, Por Baltasar de Azevedo Coutinho Capitão do Real Corpo de Engenheiros*, 1795.

⁴⁵ *Planta da Praça de Castro Marim*, José de Sande Vasconcelos, sem data, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/DIE, Doc. 94-21A-105.

⁴⁶ *Mappa da Praça de Castromarim com seo terreno 500 Braças em roda Tirada Por Ordem Do Ill.^{Mo} E Ex.^{Mo} Snr Armador Mor De Sua Mag.^{De} G.^{or} E Cap.^{Am} G.^{nal} D'este Reyno*, do Sargento-mor José de Sande Vasconcelos, sem data, (137,9cm x 96,63cm), Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/DIE, Doc. 95 – 2 – 21A – 105.

⁴⁷ Conceição, (2010), pp.831.

⁴⁸ Costa (2012), p.193.

⁴⁹ Iguualmente designado como forte de Santo António ou bateria de Santo António.

⁵⁰ Fernandes (2001), *Ermida de Santo António*, in DGEMN, www.monumentos.pt.

⁵¹ *Plano Particular da Praça, Obras Destacadas, E Edifícios Militares de Castro Marim (...)*, Euzébio de Sousa Soares, sem data.

a defesa do esteiro da Lezíria e de um dos flancos do baluarte com mesmo nome, através da disposição de uma cortina de atiradores. Devido aos conflitos com origem na América do Sul – guerra dos Sete Anos, de 1756 a 1763⁵² – construiu-se entre o revelim e o bairro da Ribeira outra obra de fortificação semicircular, de construção precária em terra. Com o final do conflito na região sul-americana a estrutura de terra desapareceu.

No cimo de um pequeno outeiro que se levanta na extremidade angulosa formada pelos esteiros da Lezíria e de Castro Marim com o Guadiana, foi levantada durante a guerra da Restauração⁵³ uma pequena bateria, conhecida como Bateria do Registo, que guardava a entrada nos estuários⁵⁴ e integrava a segunda cintura defensiva da praça-forte. Em tempo de paz, a bateria do Registo poderia desempenhar uma função fiscalizadora da navegação dos esteiros, tendo em conta a sua localização, que lhe permitia controlar a entrada de embarcações de comércio vindas do Guadiana. A sua designação - registo - será devedora dessa atividade.

Ao observar os diversos planos da praça de Castro Marim, desenvolvidos durante a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, sobressai a representação de uma trincheira a noroeste da praça, que se desenvolvia entre a ermida de São Sebastião e o esteiro de Castro Marim, a norte da vila. A linha fortificada foi construída com o propósito de conter, num primeiro momento, qualquer ataque vindo dos lados de Tavira. Era construída em terra, com um traçado irregular constituído por cortinas e baluartes, e possuía uma abertura no local onde cruzava o caminho em direção a Alcoutim. O dispositivo era resguardado por um fosso⁵⁵ que recebia as águas do esteiro⁵⁶, sendo que nas traseiras da linha existia um terreno pantanoso⁵⁷, onde atualmente se encontra o campo de futebol municipal e o parque de estacionamento. Sem podermos adiantar uma data precisa para a sua construção, a linha fortificada surge já representada em 1763⁵⁸, pela mão

⁵² Duclos Bautista (2006), *Ayamonte, plaza fortificada en los siglos XVII y XVIII*, in, X Jornadas de Historia de Ayamonte, 2006.

⁵³ É provável que a sua construção tenha ocorrido durante a Guerra da Restauração, pois, numa carta de 1 de Fevereiro de 1662, endereçada pelo Governador do Algarve, Martim Correia da Silva, ao Secretário de Estado e Mercês, Gaspar de Faria Severim, é referida a construção de “2 fortins na boca dos esteiros” por indicação do engenheiro francês Pierre de Saint Colombe. Considerando a sua localização, é provável que um destes dois fortins corresponda à Bateria do Registo, in Iria (1978), Doc. N.º 630, p.453.

⁵⁴ Almeida (1947), pp.441.

⁵⁵ Segundo o Plano Particular da Praça, Obras Destacadas, E Edifícios Militares de Castro Marim, Com Seus Competentes Perfis, Por Euzébio de Sousa Soares, Capitão do Real Corpo de Engenheiros, s/d; Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direcção dos Serviços de Engenharia do Exército, Doc. 93 (2-21A – 105).Ibidem, “Trincheira de terra arruinada com seu fosso”.

⁵⁶ Ibidem, “Trincheira de terra arruinada com seu fosso”.

⁵⁷ *Mappa da Praça de Castromarim com seo terreno 500 braças em roda Tirada por Ordem Do Ill.^{Mo} E Ex.^{Mo} Snr Armador Mor De Sua Mag.^{De} G^{or} E Cap.^{Am} G^{nal} D'este Reyno*, do Sargento-mor José de Sande Vasconcelos, sem data, (137,9cm x 96,63cm), Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/DIE, Doc. 95 – 2 – 21A – 105.

⁵⁸ *Plan de Castromarim en Algarves & de ses environs levé par ordre de Son Altesse Monseigneur Le Conte Regnant de Schaubourg Lippe, Maréchal General par Pierre Robert de Bassenond Major Ingénieur*, 1763, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/DSE, Doc. 279 (1-6-10).

do oficial francês ao serviço de Portugal, Pierre Robert de Bassenond. O último registo da trincheira foi efetuado pelo capitão Euzébio de Sousa Soares no início do século XIX⁵⁹.

Junto à trincheira em terra e ao limite poente da povoação, encontrava-se ainda a igreja de São Sebastião, erguida no decorrer da guerra da Restauração para compensar a população pela destruição do anterior templo. A inscrição na verga da porta da igreja não deixa margem para dúvidas: “*Esta ermida de São Sebastião mandou fazer el-rei D. João IV por lhe tomar outra para forte. Ano de 1650*”.

Os terramotos que “sacudiram” o Algarve no século XVIII marcaram profundamente a “paisagem” da Vila, provocando estragos nas estruturas militares e urbanas. O terramoto de 1722, ocorrido ao final da tarde do dia 27 de Dezembro e com epicentro ao largo de Tavira, provocou em Castro Marim desabamentos de estruturas no Castelo⁶⁰, sem que, ao que tudo indica, tenha provocado alterações na malha urbana da vila. Até ao terramoto de 1755 decorreram cerca de 33 anos, tempo suficiente para reparar os destroços. Através das *Memórias Paroquiais* de 1758⁶¹ tivemos acesso ao relato dos destroços provocados pelo sismo de 1755, na madrugada do dia de Todos os Santos. Ao nível das estruturas militares, o forte e a cerca seiscentista sofreram grandes danos, ao ponto de as portas de São Sebastião e de Santo António não se fecharem devido aos estragos que sofreram, e os baluartes ficaram impossibilitados de ter artilharia. O castelo foi o mais afetado pelo sismo. Como já referimos anteriormente, a torre de menagem ruiu por completo, bem como os torreões do castelo velho. As construções no interior do burgo medieval sofreram na sua maioria o mesmo destino: desabaram os quarteis, a casa do governador e a igreja matriz de Santiago. A partir de então, a ermida de Nossa Senhora dos Mártires passou a matriz da vila. O prior da freguesia de Castro Marim refere igualmente que “*o Bairro, que chamam da Ribeira quase todo ficou caído em terra*”⁶².

Em 1758 as estruturas urbanas e militares continuavam em avançado estado de ruína, aguardando a reedificação. Anos mais tarde, em 1774, o brigadeiro António de Valleré elabora, a partir de uma inspeção realizada, um memorial de diagnóstico militar sobre a muralha medieval no qual concluiu: “*Castro Marim não se pode considerar como uma Praça capaz de sustentar um sítio formal vista a simplicidade do seu Castelo sem partes que o flanqueiam, a mediania da grossura da muralha bastante elevada, que está estremecida e rachada em várias partes do*

⁵⁹ *Plano Particular da Praça, Obras Destacadas, E Edifícios Militares de Castro Marim, Com Seus Competentes Perfis, Por Euzébio de Sousa Soares, Capitão do Real Corpo de Engenheiros, s/d; Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direção dos Serviços de Engenharia do Exército, Doc. 93 (2-21A – 105).*

⁶⁰ AA.VV.; (2005), p.23. Segundo Moreira de Mendonça, em 1758, “*Castro Marim padecceu de grande dano no castelo, e nos armazéns*”.

⁶¹ *Memórias paroquiais*, vol. 10, nº 226, p. 1503 a 1514, in *Índice geográfico das cidades, vilas e paróquias de Portugal (...)*, PT/TT/MPRQ/44 -

⁶² *Ibidem*.

*seu contorno*⁶³. Depois do terramoto o castelo volta a ser parcialmente restaurado no reinado de D. José (1750-1777)⁶⁴. Contudo, pela cartografia realizada posteriormente, podemos ver que muitos edifícios militares e urbanos permaneceram por reconstruir⁶⁵.

Acreditamos que os estragos provocados pelo sismo no interior do burgo precipitaram a saída da população para o subúrbio, visto que nas plantas produzidas após o evento natural se vislumbra uma maior densidade populacional nessa área, e a referência única a edifícios de carácter militar no interior da cerca medieval.

Mais tarde, no período entre 1819 e 1829, o forte de São Sebastião aquartelou o Batalhão de Caçadores 4⁶⁶, o que obrigou a uma adaptação da estrutura à sua nova função. Para isso, construiu-se a cortina do forte e as casamatas de maneira a criar um pátio interior. A “Cidadela do Forte”, como passou a ser conhecida, ficou delimitada pela nova cortina, pelo forte, e pelo hornaveque. A partir da construção da cortina do forte, a manutenção da cerca seiscentista deixou de se efetuar. A partir dessa data, apenas a “Cidadela do Forte” foi alvo de manutenção⁶⁷.

Em finais do século XIX, um pouco por todo o país, movida pela necessidade de expandir o núcleo urbano e melhorar as comodidades, a população – e os castromarinenses não foram exceção – incitava as autoridades a derrubarem as muralhas e respetivas “Portas da Vila”, outrora imprescindíveis, mas que então as gentes já viam como estorvos ao ambicionado progresso.

No ano de 1864, o governo concede à câmara de Castro Marim os arcos das portas de São Sebastião e Santo António, bem como parte da cortina de Santo António até ao baluarte da Bandeira⁶⁸. Teria sido com esse propósito que, com data de 20 de julho de 1871, o tenente do estado-maior da engenharia, Pedro Freire d’Almeida, elaborou um relatório de duas páginas acerca das portas de Castro Marim. O relatório indica que as *“as referidas portas não recebem nem dão virtude alguma defensiva às duas cortinas de fortificação”*, para além de que *“funcionariam como obstáculo à defesa”*. As portas estavam obsoletas e incapazes de cumprir a sua função primordial, para além de constituírem um estorvo para o dia-a-dia dos castromarinenses, visto que, *“as citadas portas interrompem a circulação e são um verdadeiro peijamento”*. O tenente Pedro d’Almeida considera *“ser exacto tudo quanto a dita Câmara alega e parece-lhe não haver inconveniente em lhe ser*

⁶³ Magalhães (2008), pp. 74-81.

⁶⁴ Avellar e Oliveira (2005), Castelo de Castro Marim, in DGEMN, www.monumentos.pt.

⁶⁵ *Planta da Praça De Castromarim (...)* de José de Sande Vasconcelos, sem data, (146,33cm x 97,72cm), Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/DIE, Doc. 94 – 21A – 105.

⁶⁶ Anica (1981), p.33.

⁶⁷ *Relatório Final de Reconstrução/Consolidação das Muralhas do Forte de São Sebastião/Memória Descritiva e Justificativa*, Teixeira Duarte Engenharia (2008).

⁶⁸ Serrão (1980), Vol. IX, p.217. Informação disponível in Diário de Lisboa, n.º 137, de 22 de Junho de 1864.

concedida a licença para efectuar a dita demolição". Posto isto, o processo de demolição assumia-se irreversível.

A década de 70 do século XIX marca o desmantelamento das portas de São Sebastião e de Santo António, bem como o início do desaparecimento de parte das cortinas de São Sebastião e de Santo António, que um pouco por toda a vila deram lugar a novas casas.

Bibliografia

- A.A.V.V.; (2005) *1755 – Terramoto no Algarve*; Faro, Centro Ciência Viva do Algarve, Faro Capital Nacional da Cultura 2005 – Ministério da Cultura.
- AGUIAR, Marta Marques de (2003); Urbanismo regulado em Portugal medieval: a materialização de uma estratégia regulamentada entre o poder régio e o poder municipal, in *A obra nasce: revista de arquitectura da Universidade Fernando Pessoa*, Porto, Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa, pp. 130-153.
- ALMEIDA, João de (1943), *Livro das Fortalezas de Duarte D' Armas*, edição anotada, Lisboa, Edição Império Ld.
- ALMEIDA, João de (1947), *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses – distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro*, Vol. III, Lisboa, sem editor.
- ARRUDA, Margarida (1997), Núcleos Urbanos Litorais da Idade do Ferro no Algarve, in *Noventa Séculos entre a serra e o mar*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 243-255.
- ARRUDA, A. M., FREITAS, V. e OLIVEIRA, C. F. (2007), Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim, in Lopez Castro (ed.), *Las ciudades fenicio-punicas en el Mediterráneo Occidental*, Almería, editorial Universidade de Almería/Centro de Estudos Fenícios y Púnicos, pp. 459-482.
- ARRUDA, Ana Margarida, PEREIRA, Carlos (2008), As ocupações antigas e modernas do Forte de São Sebastião, Castro Marim, in *Xelb 8, Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves, pp. 391-421.
- CAVACO, Hugo (1987), “Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve); Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.
- CAVACO, Hugo (2000), *Castro Marim Quinhentista, O Foral Novo (de 1504) e o Tombo da Comenda (de 1509), subsídios para uma interpretação histórica da vila*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Castro Marim.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2001); Configurando a praça de guerra: o espaço urbano no sistema defensivo da fronteira portuguesa (primeiras impressões para os séculos XVII e XVIII), in *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1415-1822)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp.825-839.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa (2008), A Raia e a Cidade, in *Monumentos*, n.º 28, Lisboa, pp.6-21.
- CORTÉS, Fernando Cortés (1990), *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COSTA, António José Pereira da (2012), *Castro Marim, Dos Fortes Reza a História*, Olhão, Gente Singular Editora.
- DUCLOS BAUTISTA, Guillermo (2006), Ayamonte, plaza fortificada en los siglos XVII y XVIII; in *X Jornadas de História de Ayamonte, Ayuntamiento de Ayamonte – Área de Cultura*, Huelva, p.153-179.
- FERNANDES, Paulo (2001); Ermida de Santo António; in www.monumentos.pt, 20 de Maio de 2009;

GARCIA, João Carlos (1996); *A Navegação no Baixo Guadiana durante o Ciclo do Minério (1857-1917)*; Volume I, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

IRIA, Alberto (1962); *Onde foram, em Castro Marim, o primeiro convento da Ordem de Cristo e as mais antigas casas de residência dos seus comendadores*; in *Separata dos Anais da união dos amigos dos monumentos da ordem de Cristo*, vol. IV, Tomar, pp.1-16.

IRIA, Alberto (1978); *Cartas dos Governadores do Algarve (1637-1663)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

MAGALHÃES, Natércia (2008), *Algarve – Castelos, Cercas e Fortalezas (As Muralhas como Património Histórico)*, Faro, Letras Várias – Edições e Arte.

MONTEIRO, João Gouveia (1999), *Os castelos Portugueses dos Finais da Idade Média presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Edições Colibri.

MOREIRA, Maria da Conceição (1987), *Apontamentos Históricos sobre Castro Marim*, Lisboa, Secretaria de Estado e do Ordenamento do Ambiente,

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1980), *História de Portugal [1640-1758]*; Vol. IX, s/l.local, s/ed..

VIEGAS, C. (2011), *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*, Lisboa, UNIARQ.

Sítios consultados na internet

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70377/>

<http://feniciosportugal.blogspot.pt/2009/01/castro-marim.html>



Figura 1 - Vista geral das escavações arqueológicas do Castelo de Castro Marim, Sector 1, sentido SE-NO.

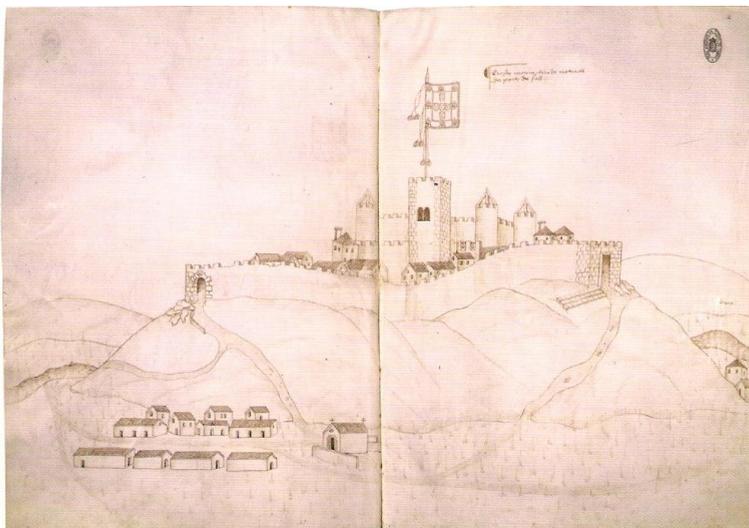


Figura 2 - Vista norte de Castro Marim, reproduzida do "Livro das Fortalezas do Reino" de Duarte d'Armas (cerca de 1509) Código de referência PT-TT-CF-159 ANTT.

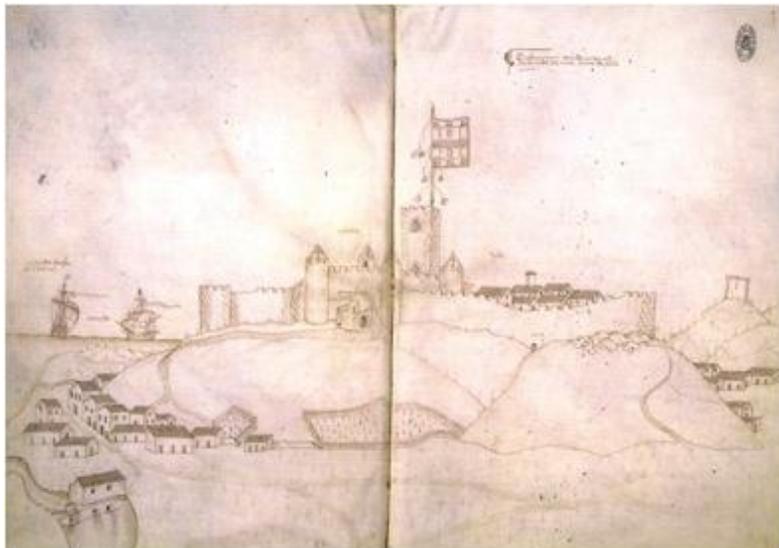


Figura 3 - Vista sul de Castro Marim, reproduzida do “*Livro das Fortalezas do Reino*” de Duarte d’Armas (cerca de 1509) Código de referência PT-TT-CF-159 ANTT.



Figura 4 - Planta de Castro Marim, in *Atlas do Marquês de Heliche*, executada pelo pintor italiano Leonardo Ferrari (1650/1655) Krigsarkivet (Arquivo Militar Sueco).

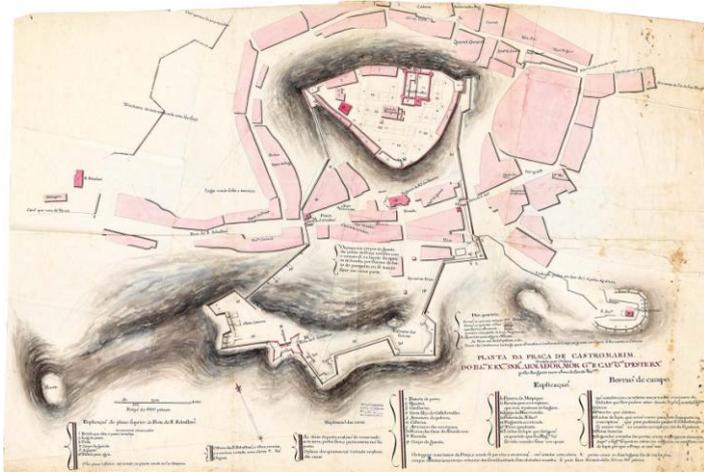


Figura 5 – *Planta da Praça de Castro Marim Tirada por Ordem Do III.º Mo Snr.º Armador, Mor G^{or} E Cap. Am G^{nal} Deste Rn.º*, de José de Sande Vasconcelos, sem data, (146,33cm x 97,72cm), Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/DIE, Doc. 94 – 21A – 105.

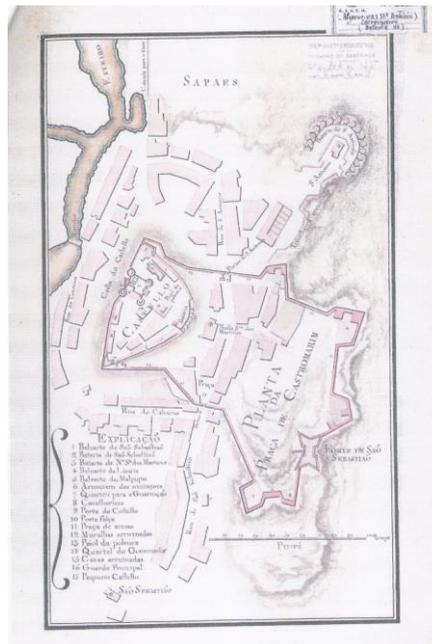


Figura 6 – *Planta da Praça de Castro Marim (...)* de José de Sande Vasconcelos, sem data, (146,33cm x 97,72cm), Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/DIE, Doc. 94 – 21A – 105.